

**AO JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS
EXTRAJUDICIAIS E CONFLITOS ARBITRAIS DE XXXXXX/DF**

Autos nº. XXXXXXXX

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, informar e requerer o que segue.

A Lei nº 8.009/90, instituiu a impenhorabilidade do imóvel residencial do casal ou da entidade familiar, por qualquer dívida, salvo apenas as exceções de seus arts. 3º e 4º.

Em pesquisas e-RIDFT de ID XXXXXX, foi encontrado um único imóvel em nome do executado, de modo a ensejar a proteção especial dada pelo art. 1º da lei 8.009/90.

Em que pese o exequente tenha averbado a execução no imóvel em ID XXXXX, o imóvel foi objeto de venda antes mesmo a execução, conforme documentos em anexo.

Cumpre também destacar, que o imóvel estava em fase de aquisição pelo executado através do programa XXXXX, e de acordo com julgamento recente a Xª turma do STJ em REsp XXXX, decidiu que a regra da impenhorabilidade do bem de família, prevista na lei 8.009/90, também abrange os imóveis que estão nesta fase.

Por todo exposto, pugna pelo arquivamento do feito.

Termos em que pede deferimento.

XXXXXX/DF, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO